

Ser, falar e pertencer: ativismo de intelectuais negras¹

Debora Simões de Souza Mendel (IF Baiano/Bahia)

Palavras-chave: mulheres negras, militância, mercado de trabalho

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Resumo: O objetivo deste texto é refletir sobre os processos de tentativas de silenciamentos das vozes das intelectuais negras. Estou interessada aqui na transformação das universidades brasileiras tendo em vista a implementação e desenvolvimento das ações afirmativas na modalidade das reservas de vagas para estudantes negros. Utilizarei três conceitos-chaves: a ideia do Movimento Negro como educador (GOMES, 2017), autodefinição (COLLINS, 2000) e narrativa na primeira pessoa (XAVIER, 2019). Tendo em vista que o meu ponto de análise é minha experiência enquanto cotista na pós-graduação e atuação como professora na rede federal de ensino. Não pretendo apresentar um texto que denuncia a construção da universidade como espaço que exclui os corpos das mulheres, pois isso já está posto. Estou interessada, em caminhos a serem traçados com objetivo de fazer emergir das nossas aulas saberes emancipatórios. Compreendo que as nossas histórias precisam ser contadas por nós mesmas, dou ênfase no ato de fala como uma ferramenta importante para a luta contra as diversas opressões, como de raça e gênero. Desejo que possamos, enquanto intelectuais negras ativistas, combater o projeto de silenciamento criado pela colonização e levado adiante pela colonialidade e que possamos falar, sermos ouvidas e, conseqüentemente, possamos pertencer (KILOMBA, 2020). Minha voz só pode ser ouvida hoje, e escrever este artigo é uma maneira de ser ouvida porque outras mulheres negras lutaram. Nesse sentido, vou destacar a ideia de trajetória individual e coletiva, apresentando conceitos de outras duas autoras fundamentais para o feminismo negro no Brasil: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro para juntas teorizarmos sobre o eu e o outro; as repressões sistemáticas das nossas vozes, entre outras questões.

Decisões e caminhadas

Em 2005, lembro bem do dia em que decidi que queria ser professora de história. Observava com muito entusiasmo, a minha professora de história daquele ano (primeiro do ensino médio) contar como era sua rotina, dos seus livros, das idas aos museus e das viagens. Pensei que eu queria ter tudo aquilo e ainda ter um gato e andar de bicicleta até o trabalho. Naquele dia, fizemos um debate sobre o cotidiano da docente. Me encantei. Virei para uma colega, que sempre sentava do lado e disse: vou tentar vestibular para história e ela imediatamente indagou: “para ser professora?” Eu não sabia que essa pergunta seria feita repetidas vezes nos últimos anos. Aquela breve narrativa da professora mudou meus

planos. Fui embora naquele dia imaginando como seria incrível ter aquela vida, aquela rotina, naquela profissão.

A cena descrita acima ocorreu na cidade de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, num colégio de classe média majoritariamente branca. Na minha sala, apenas eu e um colega eramos negros, entretanto não se falava sobre isso. A professora, com a qual eu estava encantada, era branca, loira e magra, bem diferente de mim. Eu era uma adolescente acima do peso, negra com os cabelos alisados. Desejava ter o cabelo parecido com os das minhas amigas, então, me esforçava para mantê-los sempre “escovados” e com o “tratamento” químico em dia. Eu não tinha e não tive ao longo do ensino médio nenhuma professora como eu. Nem professor com a cor da minha pele. Todos e todas, sem exceção, eram brancos ou brancas. Mas isso não era uma questão a ser percebida e menos ainda debatida naquele contexto.

Em 2008, fui aprovada no curso de licenciatura em história na Universidade do Estado do Rio de Janeiro². Fui estudar na cidade vizinha no campus da UERJ em São Gonçalo, na Faculdade de Formação de Professores. No espaço acadêmico tive contato e não mais larguei os debates sobre as relações étnico raciais.

Darei um salto temporal, mas voltarei. Ele fará sentido. Em julho de 2020, em meio a pandemia de Covid-19 minha mãe faleceu, aos 59 anos. Na época, eu morava em Salvador, onde ainda resido. Assim que recebi a notícia embarquei para fazer, juntamente com meus irmãos, o sepultamento. Era urgente ficar junto dos meus dois irmãos, um ano antes meu pai (e do meu irmão mais novo e padrasto do mais velho) havia morrido. Enquanto escrevo este parágrafo lembro de trechos do livro *Notas sobre o luto* de Chimamanda Ngozi Adichie. A conhecida escritora nigeriana passou, no mesmo ano, por uma experiência muito semelhante à minha, enquanto ela redigia a obra citada sobre o falecimento de seu pai, que ocorreu em julho de 2020, ela recebeu a notícia devastadora da morte da sua mãe, em março. Me vejo em cada página escrita por Chimamanda Adichie, para não me estender no tema luto, escolhi apenas uma passagem sobre o caráter físico da dor do luto, antes dessa experiência não sabia que era possível sofrer com o corpo.

² A ações afirmativas se consolidaram enquanto importantes políticas em diferentes níveis: nacionais, regionais e locais. As cotas raciais foram aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 2001, adotadas assim na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); foram implementadas também pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2002. Tendo em vista a autonomia universitária prevista em lei própria, cada instituição de ensino consolidou a política seguindo os seus próprios processos. Em 2004, foi a vez da Universidade de Brasília (UnB) figurar o título de primeira universidade federal de ensino superior a aprovar as ações afirmativas de reserva de vagas para ingressantes negros (GOMES; SILVA; BRITO, 2021).

O luto é uma forma cruel de aprendizagem. Você aprende como os pêsames podem soar rasos. Aprende quanto do luto tem a ver com palavras, com a derrota das palavras. Por que sinto tanta dor e tanto desconforto nas laterais do corpo? É de tanto chorar, dizem. Não sabia que a gente chorava com os músculos. A dor não me causa espanto, mas seu aspecto físico sim: minha língua insuportavelmente amarga, como se eu tivesse comido algo nojento e esquecido de ter escovado os dentes; no peito um peso enorme, horroroso; e dentro do corpo uma dissolução. Meu coração me escapa - meu coração de verdade, físico, nada de figurativo aqui - e vira algo separado de mim, batendo depressa demais num ritmo incompatível com o meu. É um tormento não apenas do espírito, mas também do corpo, feito de dores e perda de força (ADICHIE, 2020, p. 14-15).

O luto enquanto verbo agrega outras tantas ações, uma delas é analisar, se desfazer, ou guardar as coisas que as pessoas que se foram acumularam ao longo da vida. Após passados alguns dias do sepultamento da minha mãe, eu e Rafael, meu irmão mais velho, fomos até o quarto que minha mãe dormia até poucos dias antes, para ver as coisas dela. Entre brincos, sapatos, roupas e fotografias antigas nós parávamos com o objeto na mão e relembrávamos de uma experiência, foram muitas. Até que uma me marcou diferente, me deparei com a carteira de trabalho da minha mãe. No documento com uma foto 3x4 de uma mulher negra jovem que cada parte do rosto lembra o meu, o nome Lecenir Ramos (como muitas crianças negras e pobres não tinha o sobrenome do pai) e apenas um registro de ocupação empregada doméstica, o que não foi um espanto, o estranhamento venho com o período da ocupação, foram três meses seguidos das informações dos empregadores, nomes que escutei durante toda a minha vida. Mas as informações não estavam batendo. Minha mãe trabalhou durante anos na casa dessa família.

Durante toda a minha infância e adolescência lembro de como a história da minha mãe se confundia com a história dessa família. Quando eu nasci, minha mãe já não trabalhava mais lá, entretanto fazíamos visitas a este apartamento na zona norte do Rio de Janeiro para pegar roupas que essa família não queria mais. Em uma dessas ocasiões, fui apresentada ao quarto onde minha mãe dormia, é isso mesmo, como milhões de mulheres negras minha mãe dormia nas dependências da casa, no conhecido quarto da empregada. Minha mãe era empregada doméstica e babá dos dois filhos da família e provavelmente, não recebia, os poucos direitos que a categoria tinha na época.

As discussões acerca dos direitos das trabalhadoras domésticas ganham notoriedade do público³ em geral durante a aprovação da conhecida PEC das domésticas, em 2013. A

³ As opiniões públicas acerca da PEC das Domésticas apresentam, também, como essa categoria é vista na sociedade brasileira. De modo geral, por meio da PEC das domésticas, o grupo conseguiu se igualar aos demais trabalhadores. Muito do que foi dito nas mídias televisivas, nos jornais, nas redes sociais relacionava-se ao aumento dos custos que os patrões teriam para manter as empregadas domésticas de acordo

nova legislação igualou as empregadas domésticas aos demais trabalhadores, antes elas não tinham direitos que outras categorias gozavam, como os direito ao FGTS⁴, jornada de trabalho definida, por exemplo. A Proposta de Emenda Constitucional sancionada pela presidenta Dilma Rousseff foi fruto da organização e luta das integrantes da categoria. Estou insistindo no feminino, pois mulheres representam mais de 92% das pessoas que exercem essa profissão no país, em 2019, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Ainda segundo essa entidade e levando em consideração os dados desenvolvidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 65% das empregadas domésticas são mulheres negras.

Este tipo de ocupação é uma herança do Brasil colonial, em que as escravizadas faziam os trabalhos cosméticos, arrumavam e cozinhavam nas casas grandes, denominadas muitas vezes de mucama. Já a ama de leite era a escravizada que tinha tido um bebê e era responsável pela amamentação das crianças brancas dos seus senhores. Elas deixavam de amamentar seus filhos para servir os filhos dos seus senhores. As situações de exploração dessas mulheres eram castigos físicos, violências sexuais, pressões psicológicas. No cotidiano colonial e posteriormente imperial do Brasil a função de ama de leite era notada, nos anúncios de jornais da recente nação era possível encontrar pessoas dispostas a comprar escravizadas, ou mesmo um sistema de aluguel. No jornal do Commercio, que circulava no Rio de Janeiro, é possível encontrar milhares desse tipo de anúncio. “Aluga-se uma boa ama de leite, parida de quinze dias, sendo muito prestimosa e sem vícios; trata-se no largo de Santa Rita n. 215” (JORNAL DO COMMERCIO, ano XXV, n. 0007, 7 jan. 1950). Entre os anúncios de venda e aluguel de coisas e serviços estavam ali as pessoas, que poderiam ser amas de leite, acompanhantes das sinhas, costureiras ou o mais comum, escravizada responsável por todos os serviços da casa. No mesmo periódico outro exemplar “Vende-se, na rua do Hospicio n. 138, numa boa preta ama de leite, com cria de mez e meio, sabendo lavar e engomar e muito carinhosa para crianças” (JORNAL DO COMMERCIO, ano XV, n. 0007, 9 jan. 1940).

A famosa expressão do padre Antonil, registrada no século XVIII, “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”, pode ser facilmente expandida para todas as

com a nova legislação, acarretando o aumento do desemprego. Outro aspecto em se destacou desse debate, foram as narrativas contra os supostos limites que essas novas regras colocariam às relações de trabalho nas casas, esse tipo de argumento pressupõe que relação patrão e empregada não precisaria ser legislada por ser entendida como algo que ocorre no âmbito do privado.

⁴ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

outras formas de trabalho, inclusive os domésticos. Os senhores encarregaram até o cuidado dos seus filhos as escravizadas.

Ainda com a carteira de trabalho da minha mãe assassinada com apenas um registro de três meses no cargo, entendi a situação quase que imediatamente, eles deram baixa no documento dela e continuou por anos trabalhando para eles uma nítida tentativa de não ofertar seus direitos, adquiridos pela categoria até aquele momento.

A luta das empregadas domésticas não é recente, tal pouco uma novidade. A primeira grande articulação contemporânea ocorreu em em 1932, com a criação da primeira Associação dos empregados domésticos do Brasil, em Santos, fundada por Laudelina de Campos Melo. Na Consolidação das Leis Trabalhistas promovida pelo então presidente Getúlio Vargas as empregadas domésticas foram excluídas dessa legislação. Somente em 1972, com a lei 5.859/72 o grupo conquistou a regularização da ocupação. Com a forte atuação dos movimentos sociais no processo de redemocratização do Brasil, novas e importantes conquistas, estabelecendo direitos gozados por outros trabalhadores, como “salário mínimo; irredutibilidade salarial; décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas; [...] aposentadoria e integração à Previdência Social” (LIMA; PRATES, 2019, p. 153). Acredito que minha mãe não usufruiu de boa parte desses direitos conquistados, foi difícil, mas aquela carteira de trabalho é a materialização da exploração que minha mãe sofreu ao longo dos anos. Ela dormiu durante boa parte de sua vida no quarto de empregada e como essa exploração não é apenas sobre a força de trabalho ela também deixa marca na subjetividade ela acreditou, ou desejou acreditar que fazia “parte da família”, um grupo parental branco que nada parecia com a gente, assim, como eu não parecia com a minha professora de história.

O comum

A trajetória da minha mãe mulher negra nascida em uma família numerosa, sete irmãos, todos criados sem a figura paterna, sob os cuidados de uma mulher conhecida na vizinhança como Maria Carreirinha. Minha avó materna recebeu esse apelido, pois estava sempre andando rápido, quase correndo, posso crer que na maioria das vezes a procura de alguma atividade que pudesse levar comida para casa, para alimentar seus filhos. Muitos deles iam pela rua atrás dela. Minha avó era uma mulher da roça, trabalhou cortando cana e

colhendo café, na cidade na qual minha mãe nasceu, São Fidélis⁵, situada na região norte do estado do Rio de Janeiro, a pequena cidade nasceu às margens do rio Paraíba do Sul. Tenho algumas lembranças da minha avó, a maioria da minha infância, período em que a família ia passar as festas de final de ano na roça. Nessas lembranças, minha avó aparece como uma negra retinta de cabelos grisalhos e que reunia os netos para dormirem todos juntos, na mesma cama. Lembro da gente perto das vacas e bois, das subidas nas árvores para tirar manga. Minha avó não falava muito do seu passado, não tenho muitas informações sobre a geração anterior a minha avó. Não fui uma adolescente interessada em escutar as narrativas da minha avó, me arrependo. Ela se foi quando eu estava no início do ensino médio. O pouco que sei, minha tia mais velha me contou já na minha vida adulta. Em sua narrativa minha avó era uma mulher valente, corajosa, que acreditava no amor e sonhava em ter uma família, mas seus planos nunca davam certo, ela foi muito enganada, engravidou dos namorados e sempre descobria que eles eram casados, essa história se repetiu por três vezes.

Cuidou sozinha os filhos fazendo o que surgia, trabalhou na lavoura, tinha uma época em que lavava roupa para fora e remendava sacos para uma fábrica. Às vezes carregava botijão de gás para alguém rico e ganhava em troca cinco pães, passou fome com seus filhos, mas nunca os abandonou. Minha tia mais velha contou-me que via sua mãe deixar de comer para dar aos filhos, que na maioria dos dias eles só faziam uma refeição, que em geral era canjica de milho com sal, de manhã o “café” era água morna com açúcar.

Minha mãe, como muitas meninas da época, saiu do interior do estado para a capital com o objetivo de trabalhar na casa de uma família e teria a oportunidade de estudar. Logo que chegou na cidade grande descobriu que a continuidade dos estudos não passava de uma ilusão. Por anos minha mãe cuidou de crianças e fazia todas as atividades domésticas, tendo em troca baixa remuneração. Emigração, fome, exploração de mão de obra, negação ao acesso à educação são pontos comuns na trajetória de mulheres negras. A intelectual militante Lélia Gonzalez fez parte desse amplo grupo, a base da pirâmide social brasileira. Oriunda de uma família extensa, nasceu em Belo Horizonte e ainda criança a família se mudou para o Rio de Janeiro, sua mãe era empregada doméstica e seu pai

⁵ No passado pertencia a cidade de Campos dos Goytacazes. De acordo com o IBGE, São Fidélis foi elevado à categoria de vila, em 1850, constituindo assim o distrito sede. Alguns viajantes registraram em cartas no século XIX, que, por volta de 1860, o café já era considerado o principal produto de exportação de São Fidélis e esta vila possuía significativa população escravizada em relação ao número total da província. Há fontes que indicam um aumento no número de escravizados em São Fidélis entre os anos de 1872 e 1881, momento em que se exportava ali tanto café quanto açúcar (MACHADO, 2002).

ferroviário. No Rio de Janeiro um dos seus irmãos começou a jogar no clube de futebol do Flamengo, o diretor do clube contratou Lélia para atuar como babá.

Quando criança eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse pra casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso e então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa... (O Pasquim, 1986, p. 10 *apud* RATTS; RIOS, 2010).

Com o sucesso de seu irmão Jaime no futebol a família ascendeu economicamente impulsionando assim os estudos da menina Lélia que teve um itinerário formativo escolar significativo. Para uma menina negra que nasceu numa família pobre em 1935 a sequência dos estudos é exceção. As consequências dessas barreiras sociais impostas para as meninas negras possuem fortes impactos na vida adulta. A baixa escolarização coloca essas mulheres nas ocupações com menor remuneração. Sueli Carneiro num estudo estatístico sobre os grupos étnicos e posições sociais em São Paulo, na década de 1980, afirma que as “desigualdades educacionais existentes entre os grupos antecipam as desigualdades que serão percebidas em sua participação na estrutura ocupacional e na aferição de rendimento médio mensal” (CARNEIRO, 2019, p. 16). As diferenças de classe, gênero e raça são elencados pela autora como fatores que determinam o nível de escolarização que o sujeito irá atingir e quase que consequentemente o lugar que irá ocupar no mercado de trabalho. Como dito anteriormente, as mulheres negras recebem os piores salários, ocupam as funções laborais menos remuneradas, evidenciando assim, diversas camadas de opressão experienciadas por este grupo.

A situação de precariedade em que a sociedade brasileira insiste em manter as mulheres negras é explicada por Lélia Gonzalez (2020, p. 19).

Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal?

Por causa da dupla opressão vivida por mulheres negras: o machismo e o racismo, tornou o feminismo negro tão essencial. As demandas das mulheres brancas, pautas da luta

do feminismo não templam as mulheres negras. As problemáticas enfrentadas pelos os homens negros não são as mesmas que as mulheres negras enfrentam, porém longe de hierarquizar as inúmeras opressões, mas é necessário diferenciá-las até para cobrarmos políticas públicas eficazes e direcionadas aos diferentes grupos sociais. Lélia Gonzalez nos fala sobre peculiaridades do racismo na América Latina o apontando como “suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica, mas eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 2020, p. 15).

Voltemos à trajetória de vida da avó e da minha mãe. Elas viveram num cotidiano marcado pela exploração de trabalho. Minha mãe acabou terminando o ensino fundamental já adulta, me lembro quando ela ia para a escola a noite e meu irmão mais velho ficava comigo e com o meu irmão caçula. Nasci na favela, vivíamos com pouco, mas a fome na minha família parou na geração da minha mãe. Meu pai, mesmo com pouco estudos, ascendeu socialmente, se via como um homem branco, orgulhava-se de sua descendência portuguesa. Um pouco antes da adolescência saímos da favela, minha mãe tomou a frente na decisão, até que deu certo. Viver na favela é uma experiência impactante, por diversos sentidos, mas que apresentá-los aqui desviaria muito dos objetivos do artigo.

A universidade como um lugar de construção de identidades

Foi durante a tentativa de ingresso na universidade, que o “tornar-se negra” se expressou na minha vida. Este processo de construção de identidades, de sentir e tentar compreender as dores próprias da população negra, de enxergar-se negra numa sociedade branca, de “classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos” (SOUSA, 1983, p. 17). Nesse movimento, de constante tentativa de rompimento com o branco, leva também a autodefinição, promovido por um resgate da cultura africana e afro-brasileira e sua valorização. O combate ao racismo passa a ser parte importante da sua vida, mexendo com você todos os dias.

A universidade foi o lugar em que me tornei negra no sentido elucidado por Neusa Sousa (1983). No terceiro período, do curso de licenciatura em história teve início às leituras e pesquisas direcionadas sobre a população negra. Quanto mais eu lia, mais queria ler. Estava mesmo me descobrindo. Patricia Hill Collins (2019) elenca alguns espaços onde as mulheres negras norte-americanas puderam ampliar os debates de raça e gênero.

Desde a década de 1970, o aumento do acesso à educação entre pessoas afro-americanas proporcionou novas oportunidades para que as mulheres negras estadunidenses expandissem o uso dos estudos acadêmicos e o da literatura em espaços institucionais de resistência mais visíveis. A partir de então, surgiu uma comunidade de escritoras negras que iniciaram um diálogo entre si para explorar assuntos até então considerados tabu. A crítica literária feminista negra documentou o espaço intelectual e pessoal criado para as afro-americanas nesse conjunto emergente de ideias. Especialmente digno de nota é o tratamento dado por muitas escritoras negras a temas e abordagens da tradição do *blues* das mulheres negras, bem como a escritoras negras do passado” (COLLINS, 2019, p. 199).

Foi no contexto universitário onde comecei a entender que o caminho para a autodefinição tem importância política. Mulheres negras que batalham para produzir uma identidade diferente e mais complexa do que aquela imposta pela sociedade estão certas de que essa consciência é forte. Patricia Hill Collins (2019, p. 205) expõe que: “a identidade não é o objetivo, e sim o ponto de partida do processo de autodefinição. Nesse processo, nós, mulheres negras, partimos rumo a uma compreensão de que nossa vida pessoal foi fundamentalmente moldada por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe”. A autora chama atenção para a funcionalidade dos estereótipos criados e difundidos sobre as mulheres negras, assim, indica que “os estereótipos são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana que têm sido centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho” (COLLINS, 2019, p. 103).

Minha formação acadêmica inicial coincidiu com uma mudança no currículo do curso de licenciatura em história, minha turma foi umas das primeiras a ter na grade curricular a disciplina obrigatória: História da África. Foi um momento que a universidade estava em processo de transformações e incorporando demandas e conquistas do Movimento Negro. Me aproximo da conceituação de Movimento Negro formulada por Nilma Lino Gomes (2017, p. 23-24), como:

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação de diferentes espaços e lugares.

Estava em curso nas diversas universidades brasileiras um processo de

transformação provocado por um ator político educador: o Movimento Negro

Considerações finais

Neste artigo estive muito motivada pelos escritos e análises da historiadora Giovana Xavier (2022), sobre um escrita de mim, pude me ver em cada parágrafo do texto, não sei se é possível não se colocar. Pois acredito que meus escritos, todos eles, são impactados por minhas experiências, que são construídas e marcadas por diversos aspectos, sendo um deles minha trajetória familiar. No movimento de militância do cotidiano defino a “sala de aula como espaço de autoria e produção de conhecimento” (XAVIER, 2022, p. 52), abordando nas aulas de história narrativas centradas na contribuição dos africanos e afrodescendentes na construção do Brasil, valorizando autoras negras nas leituras, problematizando o viés eurocêntrico do currículo formal e valorizando a origem dos próprios alunos.

Este texto é um esforço de “ser capaz de usar a extensão plena da própria voz, tentar expressar a totalidade do ‘eu’, é uma luta recorrente na tradição das escritoras negras” (COLLINS, 2019, p. 183).

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. *Notas sobre o luto*. Tradução Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Escritos de uma vida*. Prefácio Conceição Evaristo; Apresentação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Jamille Pinheiro Dias (trad.). São Paulo: Boitempo, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da.; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 42, p. 226-258, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 31, n. 2. , p. 149-171, 2019.

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. In: Seminário de Economia Mineira, 10, Diamantina. *Anais*, 2002.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Ngro, 2010.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. *Revista História Hoje*, v. 11, nº 22, p. 349-365, 2022.